



Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Estado de São Paulo
“Dr. Sebastião de Moraes” - COSEMS/SP
CNPJ - 59.995.241/0001-60

AO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA
SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DE PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

Nós, membros do Conselho Honorário do Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Estado de São Paulo “Dr. Sebastião de Moraes” – COSEMS-SP, ex-presidentes desta instituição, adiante nominados, com os respectivos registros no Conselho Regional de Medicina, Roberto Mauro Borges, CRM-SP 20.774; Gastão Wagner De Sousa Campos, CRM-SP 29.414; Fernando Aurélio Calligaris Galvanese, CRM-SP 31.189; Gilberto Tanos Natalini, CRM-SP 24.596; José Ênio Servilha Duarte, CRM-SP 12.160; Aparecida Linhares Pimenta, CRM-SP 36.465; Jorge Harada, CRM-SP 47.169; Maria Do Carmo Cabral Carpintero, CRM-SP 35.252; Ademar Arthur Chioro Dos Reis, CRM-SP 57.501; José Fernando Casquel Monti, CRM-SP 48.643; Stênio José Correia Miranda, CRM-SP 73.275; Cármino Antonio De Souza, CRM-SP 25.181 e José Eduardo Fogolin Passos, CRM-SP 101.089, em obediência ao Artigo 33 do Estatuto da instituição, vimos apresentar a presente representação e denúncia, sem prejuízo daquelas que possam transcorrer nos âmbitos penal e cível, contra o médico **Marcelo Antônio Cartaxo Queiroga Lopes**, inscrito no Conselho Regional de Medicina da Paraíba (inscrição 4.197, CRM-PB) por infrações éticas graves no exercício da medicina, em razão de suas atribuições e responsabilidades frente ao Ministério da Saúde do governo brasileiro.

A denúncia é aqui apresentada diretamente ao Conselho Federal de Medicina, com fundamento na interpretação do artigo 3º do Código de Processo Ético-Profissional (Resolução CFM Nº 2.145/2016), motivados pelo caráter nacional das infrações, acometendo individual e coletivamente os brasileiros, em especial aqueles com idades entre 5 e 11 anos. Além disto não há obstáculo ao recebimento desta pelo Conselho Federal, com eventualmente distribuição a Conselho Regional específico, a critério dessa instância.

Os fatos que aqui se noticia e se submete a julgamento ético é o comportamento do referido médico relativo à execução da vacinação de crianças de 05 a 11 anos contra a COVID-19, em flagrante desrespeito ao que preconiza a ciência, lastreada no perfil de segurança e eficácia da vacina (Pfizer/BioNTech) já aprovada pela ANVISA.

Apresentaremos a seguir o registro dos fatos e evidências que demarcam as mencionadas atitudes do médico e, a seguir, as infrações ao Código de Ética Médica correspondentes.

No dia 16 de dezembro de 2021 a Agência Nacional de Vigilância Sanitária aprovou o uso da vacina Pfizer/BioNTech em crianças de 5 a 11 anos¹. Porém, por decisão do médico de que trata esta denúncia, que ocupa o cargo de Ministro da Saúde, a execução da vacinação foi obstada, a pretexto de ser submetida a opinião de especialistas². As razões para isto são totalmente inconsistentes, como

¹ <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2021/anvisa-aprova-vacina-da-pfizer-contracovid-para-criancas-de-5-a-11-anos>

² <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2021-1/dezembro/vacinacao-de-criancas-contracovid-19-passara-por-camara-tecnica-e-sera-objeto-de-audiencia-publica>



Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Estado de São Paulo
“Dr. Sebastião de Moraes” - COSEMS/SP

CNPJ - 59.995.241/0001-60

veremos a seguir. A vacinação desta parcela significativa da população que se encontra descoberta de proteção específica contra COVID-19, a ser feita o mais urgentemente possível, viria em hora apropriada, face ao risco que neste momento representa a emergência da variante ômicron, especialmente nos EUA e Europa³. Além disto, em função do retorno das aulas, a proteção de crianças seria altamente positiva.

A alegação inicial para não implantar a vacinação foi relativa à segurança da vacina, inverdade que contraria absolutamente ao que se observou em milhões de doses desta vacina já aplicadas nessa faixa etária em outros países. Aliás, as crianças desta faixa etária recebem tal vacina desde início de novembro nos EUA e meados de novembro na Europa, tão logo as agências reguladoras destas localidades aprovaram seu uso. Antecipe-se que isto, por si, coloca o médico em contraposição à sua obrigação ética de utilizar o melhor do conhecimento e da ciência para beneficiar o indivíduo e a sociedade. Portanto, não se sustenta qualquer preocupação relevante com a segurança (conforme já assegurou a ANVISA, órgão competente para tanto) e demonstra desconsideração do profissional com o conhecimento existente.

Para dar curso à procrastinação na aplicação de vacinas, que, reforce-se, significa risco às crianças, resolveu o citado médico, na qualidade de Ministro de Estado, promover uma descabida audiência pública, jamais realizada em contexto semelhante. Alegou para tal retardo a pouca importância desta faixa etária na pandemia e a necessidade de ouvir a sociedade e profissionais. Ora, em âmbito correto, tais manifestações, das mais sérias entidades, já tinham se tornado públicas. Nossa própria entidade, em imediata reação, se manifestou em Nota Técnica⁴. No mesmo sentido, inúmeras entidades médicas e de pesquisa em saúde se posicionaram muito claramente a favor da imediata aplicação da vacina, reforçando evidências de eficácia da vacina e da segurança de seu uso^{5, 6, 7, 8, 9}.

Não bastasse a robustez das posições técnicas e científicas, os próprios membros da Câmara Técnica de Assessoramento em Imunização da COVID-19, vinculada ao Ministério da Saúde,

³ [https://www.who.int/publications/m/item/enhancing-readiness-for-omicron-\(b.1.1.529\)-technical-brief-and-priority-actions-for-member-states](https://www.who.int/publications/m/item/enhancing-readiness-for-omicron-(b.1.1.529)-technical-brief-and-priority-actions-for-member-states)

⁴ <https://www.cosemssp.org.br/wp-content/uploads/2021/12/NT-25.2021-Vacina-em-crianc%CC%A7as.pdf>

⁵ https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/carta-divulgacao-sbim-sbi-sbp-anvisa.pdf

⁶ <https://sbpt.org.br/portal/vacinas-covid-19-criancas/>

⁷ <https://infectologia.org.br/2021/12/16/vacinacao-em-criancas-medida-necessaria/>

⁸ <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/em-defesa-da-vida-abrasco-se-posiciona-a-favor-da-vacinacao-das-criancas/64179/>

⁹ <https://agencia.fiocruz.br/sites/agencia.fiocruz.br/files/u35/nt28.12.pdf>



Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Estado de São Paulo
“Dr. Sebastião de Moraes” - COSEMS/SP

CNPJ - 59.995.241/0001-60

emitiram nota em que indicava a imediata vacinação das crianças de 5 a 11 anos com a vacina aprovada pela ANVISA¹⁰, conforme corrobora matéria jornalística do jornal Folha de São Paulo¹¹.

Em adição ao já exposto, mesmo ainda não iniciada a vacinação, em gesto claramente dificultador ao processo de vacinação, jamais utilizado para nenhuma outra vacina, o médico objeto desta denúncia, informou que a vacina exigiria prescrição médica para sua aplicação¹², uma clara demonstração de limitação ao exercício do direito das crianças quanto à vacinação, conforme prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Visto o encadeamento das posições do médico Ministro da Saúde, não resta outra alternativa senão a constatação de que ele atende, acima de tudo, aos interesses políticos e ideológicos do governo, e mais especialmente, do Presidente da República, que deixou absolutamente clara sua posição contrária à vacina em várias manifestações públicas^{13, 14}.

Feita esta breve exposição, apontamos nossa compreensão quanto às infrações da ética médica cometidas pelo médico **Marcelo Antônio Cartaxo Queiroga Lopes**:

1. Ao não adotar a imediata vacinação de população vulnerável exposta a risco iminente, uma vez atendidas as condições formais exigidas para tal, desrespeita frontalmente o princípio da beneficência. Neste sentido, ofende o inciso II do Capítulo I - Princípios Fundamentais do Código de Ética Médica.
2. Ao não aceitar ao robusto volume de evidências, oriundos de inúmeras demonstrações de profissionais e instituições confiáveis, fere o inciso V do Capítulo I - Princípios Fundamentais do Código de Ética Médica.
3. Ao alinhar-se, confrontando o que recomenda o exercício da medicina, aos ditames políticos e ideológicos, transgredir os incisos VIII e X do Capítulo I - Princípios Fundamentais do Código de Ética Médica.
4. No seu conjunto pode-se considerar aviltado o inciso XIV do Capítulo I - Princípios Fundamentais do Código de Ética Médica.

Além das infrações, graves por se referirem aos princípios da profissão médica, há outras:

5. Há duas claras transgressões ao Capítulo III - Responsabilidade Profissional do Código de Ética Médica, o artigo 1º, na medida em que veda causar dano, mesmo que seja por

¹⁰ https://www.abrasco.org.br/site/wp-content/uploads/2021/12/Nota-vacinac%CC%A7a%CC%83o-de-crianc%CC%A7as_2.pdf

¹¹ <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/12/secretaria-da-covid-contraria-bolsonaro-e-diz-que-vacina-para-crianca-e-segura.shtml>

¹² <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/vacinacao-infantil-precisara-de-prescricao-diz-queiroga/>

¹³ <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/12/secretaria-da-covid-contraria-bolsonaro-e-diz-que-vacina-para-crianca-e-segura.shtml>

¹⁴ <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/minha-filha-nao-vai-se-vacinar-contr-a-covid-19-afirma-bolsonaro/>



Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Estado de São Paulo
“Dr. Sebastião de Moraes” - COSEMS/SP

CNPJ - 59.995.241/0001-60

omissão, e ao artigo 20, que veda ao médico permitir que interesses pecuniários, políticos, religiosos ou de quaisquer outras ordens de seu superior hierárquico interfiram na escolha dos melhores meios de prevenção (e outras ações médicas), cientificamente reconhecidos, no interesse da saúde do indivíduo e da sociedade.

6. Considerando que o médico aqui representado tem sob sua responsabilidade um paciente coletivo, transgredir o artigo 32 do Capítulo V - Relação com Pacientes e Familiares, do Código de Ética Médica, que veda ao médico deixar de usar todos os meios disponíveis de promoção de saúde e prevenção de doenças, cientificamente reconhecidos e ao seu alcance, em favor do paciente.

Por todo o exposto, dada a gravidade das infrações éticas cometidas e pela preservação da boa reputação da medicina brasileira, encarecemos a solicitação de abertura de investigação com relação às posições e atitudes do médico **Marcelo Antônio Cartaxo Queiroga Lopes**.

Adiantamos nosso entendimento de que não cabe a justificativa de estar no exercício de uma função de agente público, visto que os ditames hierárquicos não são razão suficiente para transgredir princípios do exercício da medicina. Antes de ministro, o representado é médico, que, como todos nós, está submetido aos mesmos ditames éticos, que devem ser assumidos e confirmados em seu juramento médico.

Desta forma solicitamos as providências deste Conselho, em homenagem à reputação de nossa profissão.

São Paulo, 30 de dezembro de 2021.

ROBERTO MAURO BORGES

GASTÃO WAGNER DE SOUSA CAMPOS

FERNANDO AURÉLIO CALLIGARIS GALVANESE

GILBERTO TANOS NATALINI



Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Estado de São Paulo
“Dr. Sebastião de Moraes” - COSEMS/SP
CNPJ - 59.995.241/0001-60

JOSÉ ÊNIO SERVILHA DUARTE

APARECIDA LINHARES PIMENTA

JORGE HARADA

MARIA DO CARMO CABRAL CARPINTERO

ADEMAR ARTHUR CHIORO DOS REIS

JOSÉ FERNANDO CASQUEL MONTI

STÊNIO JOSÉ CORREIA MIRANDA

CÁRMINO ANTONIO DE SOUZA

JOSÉ EDUARDO FOGOLIN PASSOS